

de Fortaleza que movimentou, em *D. Guidinha do Poço* é o campo com as peculiaridades geográficas e humanas da alma sertaneja, vivificados com o toque insinuante de sua arte, marcando de vez sua prosa saborosa.

Os recursos técnicos ganharam em aprimoramento, com o tempo e o longo exercício, e a obra em densidade e beleza. Assim, o ritmo da ação, a notação temporal se denunciam pela variação das estações, pela mutação da roupagem da natureza entre os extremos da seca e da ressurreição da paisagem e os conflitos da terra, enquanto a ação dura e os acontecimentos evoluem. O ensaísta demora-se em mostrar como o romancista traz para a obra hábitos e costumes, a terra, o homem e sua psicologia para identificá-lo com o meio, sem a recorrência ao documento bruto, sempre empobrecedor. A tudo anima a capacidade selecionadora e observadora, o dom artístico de Oliveira Paiva.

Deste modo, Rolando Morel Pinto acompanhou Oliveira Paiva desde suas primeiras incursões e experiências até a eclosão da força-plena do romancista, presentes em *Dona Guidinha do Poço*, extraordinário em sua riqueza e pioneiro em sua época.

É trabalho sério e desbravador e de méritos enquanto busca e pesquisa de documentos e sobretudo porque recoloca em discussão a Obra de Oliveira Paiva, injustamente esquecida e vítima de infinitos tropeços sempre impeditivos de sua divulgação. Demonstrando o valor artístico e as soluções encontradas pelo romancista, Rolando Morel Pinto reclama para sua obra lugar de maior destaque na Literatura Brasileira. — JOSÉ CARLOS GARBUGLIO.



CUNHA, CELSO — *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio, Tempo Brasileiro, 1968, 107 pp.

O nome de Celso Cunha está ligado por várias razões aos problemas da língua portuguesa. Prendem-se ao seu passivo o interesse objetivo com que vem tratando os fatos da língua em vários campos. E é justamente essa visão multiforme do fenômeno lingüístico que lhe oferece abertura para examiná-lo em áreas diversificadas: língua como conflito de paixões, como afirmação de nacionalismo, como instrumento de comunicação dinâmico a modificar-se e enriquecer-se, não como realidade estática e estratificada.

*Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* apresenta dois aspectos básicos: uma política da Língua Portuguesa e uma posição "científica" diante do problema da língua e de suas diferenciações portuguesas e brasileiras.

Assim, a primeira preocupação de Celso Cunha é mostrar que preconceitos de natureza colonial e nacionalista em certos países americanos desviam questões de língua e literatura do plano objetivo para o ideológico. Agravando o problema está a nostalgia da Europa que torna o americano homem de duas pátrias — a geográfica e a espiritual — América e Europa, cujo exemplo mais significativo no caso brasileiro é o de Joaquim Nabuco. É fundamentalmente desse fator que resulta nossa europeização e como consequência, no plano da língua, a imposição da gramática ou da gramatiquice lusitana, de que os brasileiros são muito mais responsáveis que os próprios portugueses. No Brasil ainda há gramáticos (?) que pararam no século XVI, lingüística e espiritualmente. Imagine-se quanta teia de aranha deve haver na cabeça dessa gente!

Foi esse espírito que provocou já no Romantismo a implodida crítica a José de Alencar quando ele ousou opor-se aos cânones do momento (Castilho e que



tais). E, curioso, não foram os portugueses os mais severos, mas sobretudo os brasileiros o atacaram com impiedade. Os atacantes? Mortos. Alencar? Mais vivo que antes.

O que se estabelece, está claro, é o conflito entre a tradição e a inovação de que Alencar foi, em literatura, um precursor de rara sensibilidade, mas incompreendido de sua época.

A seguir, Celso Cunha mostra o equívoco da língua própria como mais um dos prejuízos no estudo objetivo do português americano e europeu, cujas diferenças, ao nível culto, se devem mais aos planos de pesquisa em camadas distintas da população que a realidade da própria língua. A esses desfoques da realidade lingüística acrescenta-se a ausência de instrução superior no caso brasileiro até ao século XIX, ao contrário do que ocorreu na América espanhola, p. ex., o que lhe valeu uma "conservação mais interessada e consciente da norma lingüística peninsular, disseminada, assim, extensa e intensamente" (p. 19). No caso brasileiro, a diglossia acentua-se cada vez mais entre o falar dos doutores "made" em Coimbra e a massa falante dos analfabetos.

Foi esse afastamento da língua falada, é o pensamento de Celso Cunha, de que ainda não nos libertamos, o responsável pela estratificação do idioma e pelo artificialismo a que se guindou a língua culta dos letrados, deixando, quase, de haver intercomunicação, dado o distanciamento estabelecido entre os dois níveis — o escrito e o falado. Daí o valor da luta iniciada por Alencar e a explicação do radicalismo dos modernistas.

Na verdade, foram as novas condições trazidas pela Independência que permitiram a mudança no panorama, quando o fenômeno da cultura passa a abranger uma população numericamente crescente.

As oposições à língua culta se fazem ao caráter arbitrário de suas normas "simples mosaico de formas e construções colhidas em épocas diversas do passado literário" (p. 25). Arelta a essa "sistematização" muita gente ficou insensível ao poder criador do artista que buscasse a inovação, o aproveitamento dos componentes positivos das transformações populares. Assim, nasceu e imperou (imperou?) o terrorismo purista, amparado no dogmatismo da imitação do passado. Aliás, essa mesma noção de purismo é um arbítrio de poucos percebido já que o próprio português é corrupção lingüística em face do latim. Mas foi em seu nome que amarraram o idioma sem que percebessem que a sua transplantação para o solo americano fatalmente haveria de modificar-lhe a feição, dando-lhe outros e novos acentos, onde o reconhecimento da importância de Alencar à frente dos inovadores, posta de lado a besteira da língua brasileira.

Daí, vai Celso Cunha à discussão do conceito de pureza lingüística, outro arbítrio mal amparado e mal explicado pelos puristas insensíveis à dinâmica evolutiva da língua. Que pensariam os puristas latinos do português CASTIÇO? É interrogação presente no espírito de Celso Cunha. Que literatura poderia existir sem capacidade criadora, sem capacidade inovadora? O problema se coloca, pois, na área da potencialidade criadora, vale dizer, inovadora, e não na simples atitude reacionária. É no ato criador que está a grandeza da arte e a riqueza da expressão lingüística de um povo. Não seria essa a causa de nossa pobreza expressiva? Na esteira dessa diabólica posição vieram os inquisidores da língua, que em geral nada criaram, apenas condenando tudo o que cheirasse neologismo, galicismo (pobre Eca!), anglicismo, oferecendo para substituí-los as coisas mais exdrúxulas possíveis. A atitude condenatória, deveria sobrepor-se o estudo, a pesquisa das "condições que acarretaram a sua aclimação em nossa língua" (p. 34). Não se vá pensar que Celso Cunha defende a anarquia lingüística, pois ele sabe



que a língua portuguesa tem um substrato capaz de assegurar-lhe pelos próprios meios a sua defesa, sem por isso, permanecer estacionária.

Ligado ao problema do purismo está o da correção gramatical. Nem a demolição pura e simples das regras, nem a falsa logicidade que as estabeleceu como fruto dos pressupostos dos neogramáticos e num amparo nem sempre pertinente da analogia. A lingüística moderna tem procurado "fundamentar a correção idiomática em fatores mais objetivos" (p. 36) e por isso alcançado resultados mais positivos. A seguir, Celso Cunha argumenta com as lições de Adolf Noreen e Jespersen para chegar à idéia do lingüisticamente correto ou incorreto dentro duma comunidade. "Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio de uma língua ou de uma área dela, é de emprêgo obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro" (p. 39).

Os problemas de purismo e correção gramatical "ocorreram a respeito da posição de Alencar", diz Celso Cunha, mal compreendida por muitos e insuficientemente explicada por outros. Conhecedor dos problemas lingüísticos discutidos em sua época, Alencar foi duma clarividência rara na colocação das diferenciações da língua portuguesa no Brasil, vista como organismo vivo sujeito a permanentes transformações.

"O Caminho aberto por Alencar, só foi retomado pelo Modernismo" infelizmente, ressalvados os casos excepcionais. E esse atrelamento ao "purismo lingüístico causou enormes prejuízos aos estudos lingüísticos, em especial aos estudos dialectológicos. Assim, tomando como base o Atlas Lingüístico da França, organizado por J. Gillieron, Celso Cunha mostra as contribuições que trouxe para o estudo dos elementos individuais na criação lingüística e o rol de estudos que o Atlas desencadeou. Na América há casos especiais que muito se beneficiariam com estudos dessa natureza. No caso brasileiro "só um atlas lingüístico poderia mostrar satisfatoriamente as diferenciações regionais" (p. 58) ocorridas durante quatro séculos, num país de fundamentos rurais. Nessa direção, Celso Cunha faz sérias restrições ao uso indiscriminado dos *-ismos* da moda na explicação dos problemas lingüísticos, mostrando os perigos de seu emprêgo.

Isto pôsto, passa a examinar o caráter rural da língua portuguesa que "não pôde ainda atingir a alta nivelação do francês, do italiano e do espanhol" (p. 60), porque língua que não sofreu a força niveladora das cidades a não ser tardiamente. Assim, Celso Cunha verifica alguns casos de fonética e sua irradiação para a morfologia e para a sintaxe onde depara com a vacilação da língua ainda não firmada e de caráter arcaizante. Enquanto no Brasil, o campo é a grande realidade, na América Espanhola desde o início existem grandes centros urbanos irradiando cultura e permitindo o nivelamento lingüístico graças a sua influência. Os problemas do português poderão, segundo Celso Cunha, encontrar amparo para a redução ou adlramento de seus efeitos numa realista política idiomática supra-nacional. Não sei até que ponto essa posição político-idiomática poderia produzir resultados positivos no campo lingüístico. Nessa parte o trabalho de Celso Cunha deixa a desejar. Falta-lhe um suporte mais objetivo para ser mais convincente, há mesmo certo apêlo que se aproxima duma atitude demagógica, pouco científica.

A vista do exposto é possível, diz Celso Cunha, uma posição moderada entre os extremistas. Nem a sujeição às tradições clássicas, nem o rompimento puro e simples com ela. A partir dessa colocação esboça uma política idiomática de aproximação do mundo de fala portuguesa, à semelhança do espanhol, levando em conta "medidas práticas, baseadas na realidade lingüística dos dois países" (p. 68) — Por que só dos dois países? — Com isso visa o A. a salvaguarda da

unidade superior da língua portuguesa, dada a imperiosa necessidade moderna da intercomunicabilidade.

Acompanha o texto 146 notas que o enriquecem sobremaneira, elucidando e documentando certos pontos expostos.

A clareza com que Celso Cunha analisa os pontos básicos do seu pensamento constitui o forte da argumentação e recomenda sua leitura. Acrescente-se ainda o caráter polêmico do trabalho pelas posições assumidas pelo A., diante dum problema que sempre se discutiu com muita paixão, mas com pouca ciência, para ter-se a necessidade de repensá-lo com mais objetividade. Trabalho de méritos, abre com propriedade o controvertido problema da unidade lingüística portuguesa, disvirtuado desde Alencar. Falta-lhe, contudo, maior amadurecimento e sobretudo dados mais seguros para imprimir um caráter mais objetivo às posições assumidas. Há certo impressionismo a prejudicar o trabalho. — JOSÉ CARLOS GARBUGLIO.

